



REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

----- ATA n.º 03/2019 -----

Aos vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Moniz, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Porto Moniz, sob a presidência do Senhor Lino Gonçalves da Conceição coadjuvado pela 1ª Secretária, Sr.ª Deputada Laura Lúcia Ferreira Alves, e 2º Secretário, Sr. Deputado Norberto Rodrigues Lima. -----

Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PS: Olavo Balona Gouveia Câmara, Francisco Gregório da Costa Gonçalves, Gregório Miguel Rodrigues Jardim, Filipe António Ornelas de Abreu, Adelino Joel Faria da Silva. Do Grupo Parlamentar do PSD, os senhores deputados, José Ambrósio Delgado Jardim, Marco António de Sousa Gonçalves, e Manuel dos Santos Sardinha Açafraão, e do Grupo Parlamentar do MPM Fernando Faria Júnior. Os Presidentes de Juntas de Freguesia, Tito Vieira Júnior, Luísa Cristina Mendes Rodrigues Novais, Márcia Rubina Pereira Mendonça e o Secretário Orlando Marcelino Ribeiro Canada, em substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Achadas da Cruz. Do executivo camarário encontravam-se presentes: o Senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara e os Senhores Vereadores Luís Teixeira e Nélio Viveiros Sequeira. -----
Faltaram à convocatória, sem a apresentação de qualquer justificação, os Senhores Deputados do PS, Américo Rodrigues Nascimento e João Loreto Pestana, o Senhor Deputado do PSD, Manuel da Luz do Vale e o Sr. Vereador do PSD, sem pelouro, Dinarte Lima Nunes. -----

Às quinze horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e deu as boas vindas às senhoras e senhores deputados, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. -----

Como constante na convocatória, foi tida a seguinte ordem de trabalhos para a presente reunião: -----

1. Período antes da ordem do dia;-----
2. Correspondência;-----
3. Informação do Senhor Presidente da Câmara;-----



4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal;-----

5. Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de Prestação de Serviços - Aquisição de Apólices de Seguros;-----

6. Aprovação do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município do Porto Moniz;-----

7. Alteração do período de funcionamento, sinalética e modelo de remuneração dos funcionários do Teleférico das Achadas da Cruz;-----

8. Reunião pública.-----

1. Período antes da ordem do dia-----

Iniciou o Período Antes da Ordem do Dia o Sr. Presidente da Assembleia Municipal com a apresentação de um Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes, documento que está apenso a esta ata dela fazendo parte integrante, com o seguinte teor: -----

Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, apresenta um sentido VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-deputado desta Assembleia Municipal, Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes.-----

Considerando que o Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes foi uma figura ímpar do concelho do Porto Moniz, tendo desempenhado altos cargos profissionais, a nível nacional, na área do Turismo, mais propriamente como Diretor das Pousadas de Portugal, no ICEP Portugal - Investimento Comércio e Turismo;-----

Considerando que o Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes foi deputado desta Assembleia Municipal, e mesmo residindo em Lisboa, por motivos profissionais, nunca apresentou uma falta a qualquer Reunião Ordinária de Assembleia Municipal, sendo este um exemplo para todos os deputados em funções nesta assembleia;-----

Pela sua postura exemplar, profissional e idónea na defesa dos interesses do concelho do Porto Moniz, Lino Gonçalves da Conceição, Presidente Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor que a Assembleia aprove o presente Voto de Pesar, pelo falecimento do Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes, endereçando à sua família as sentidas condolências por parte da Assembleia Municipal do Porto Moniz. --

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade. -----



Prosseguiu o Presidente da Junta de Freguesia do Porto Moniz, Sr. Tito Júnior, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia, apresentando um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Simão França da Câmara, documento que está apenso a esta ata dela fazendo parte integrante, com o seguinte teor:-----

Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, apresenta um sentido VOTO DE PESAR pelo falecimento do antigo Vereador e funcionário desta autarquia, Sr. Simão França da Câmara.-----

Natural do Porto Moniz, onde nasceu em 1942, o Sr. Simão França da Câmara foi um elemento ativo na dinamização do concelho em diversos fóruns, com destaque para o seu contributo enquanto sócio e elemento da Direção do Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz e um dos membros fundadores da Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz.-----

Simão França da Câmara sempre se notabilizou por ter um perfil de dedicação, empenho e de promoção de excelentes relações pessoais e institucionais, granjeando a simpatia e apreço de todos com quem se relacionou.-----

Foi Vereador e funcionário desta autarquia, mostrando sempre elevação e dedicação no exercício das suas funções, quer como autarca, quer como funcionário, sendo estas características consideradas um exemplo para todos os autarcas da atualidade que exercem funções em prol da população.-----

Desta forma, Lino Gonçalves da Conceição, Presidente Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor que a Assembleia aprove o presente Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. Simão França da Câmara, endereçando à sua família as sentidas condolências por parte da Assembleia Municipal do Porto Moniz.-----

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade.-----

Foi cumprido um minuto de silêncio pelos dois votos de pesar.-----

A Sr.ª Deputada Laura Alves, por deliberação da Câmara Municipal, passou depois à apresentação de um Voto de Louvor, que está a penso a esta ata, dela fazendo parte integrante, com o seguinte teor:-----

“Um Dia Pela Vida” é uma iniciativa da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) no âmbito de uma parceria com a American Cancer Society. Tem como principais objetivos mudar a atitude da comunidade face à doença, informar, sensibilizar e angariar fundos



Handwritten signature and initials in black and blue ink.

destinados às atividades de apoio ao doente oncológico e família, educação e prevenção do cancro. -----

Considerando que o Projeto “Um Dia Pela Vida”, ao longo dos últimos 10 anos, contou, na Região, com mais de 400 equipas de trabalho, 5600 voluntários e 3500 luminárias;

Considerando que no Porto Moniz, o projeto solidário “Um Dia Pela Vida”, que se iniciou a 2 de dezembro de 2018 com término a 2 de junho de 2019, envolveu 22 equipas, com 22 capitães, num total de 306 elementos e 56 sobreviventes; -----

Considerando que, para coordenação do projeto, no concelho do Porto Moniz, foi criada uma Comissão Local, composta por 12 Múncipes, que contou a força de vontade, empenho e dedicação daqueles que deram, ao longo de seis meses, um bocadinho do seu dia-a-dia por esta tão nobre causa, no desenvolvimento de atividades de sensibilização para a problemática da doença oncológica e atividades de angariação de fundos; -----

Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor que, por deliberação da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprove o presente Voto de Louvor. -----

Depois de aprovado em Assembleia Municipal, este Voto de Louvor deve ser enviado ao Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro, aos membros da Comissão Local do Porto Moniz e aos capitães das 25 equipas que participaram na organização do projeto solidário “Um Dia Pela Vida” no Porto Moniz. -----

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Terminou o Sr. Deputado Olavo Câmara, em representação do Grupo Parlamentar do PS, apresentando um Voto de Louvor à Câmara Municipal, documento que está apenso a esta ata dela fazendo parte integrante, com o seguinte teor: -----

Considerando que o galardão “Município Amigo do Desporto” resulta de um processo de reconhecimento do modelo de intervenção no desenvolvimento desportivo e dos resultados obtidos pelos municípios portugueses; -----

Considerando que o processo de partilha de boas práticas, de benchmarking e de formação que vigora no Município de Porto Moniz mereceu o reconhecimento público de boas práticas na gestão e desenvolvimento do Desporto com atribuição do galardão ‘Município Amigo do Desporto’; -----



Considerando que o Gabinete de Apoio ao Idoso, criado por este executivo do Partido Socialista, desenvolveu um plano de atividades destinadas à população sénior do concelho do Porto Moniz, desde a hidroginástica às aulas de ginástica para idosos, visando o combate ao sedentarismo e a promoção do envelhecimento ativo, que se revelou essencial na obtenção deste galardão;-----

Considerando que o Município de Porto Moniz é a primeira Câmara Municipal do Norte da Madeira, e a terceira da Região, depois do Município do Funchal e de Câmara de Lobos, a exhibir o pendão "Município Amigo do Desporto";-----

Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor que, a Assembleia Municipal aprove o presente Voto de Louvor à Câmara Municipal pela obtenção do galardão "Município Amigo do Desporto".-----

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por reforçar o voto de pesar, pela partida do Dr. Nuno Sales Vasconcelos Jardim Fernandes, reconhecendo o mesmo como um dos vivês mais ativos e dinamizadores da freguesia do Seixal. O Sr. Presidente prosseguiu lembrando que partilhou aquela Assembleia Municipal com o Dr. Nuno Jardim Fernandes, em outros mandatos, e ressaltou a vontade que aquele tinha na resolução dos interesses e das dificuldades do Porto Moniz, sem olhar, muitas vezes, a cores políticas ou interesses pessoais.-----

Sobre o assunto, terminou o Sr. Presidente particularizando a ajuda prestada ao seu antecessor, Valter Correia, por parte do Dr. Nuno Jardim Fernandes, que fazendo uso do cargo que então desempenhava, intercedeu junto do Turismo de Portugal de forma a conseguir ajudar na resolução de um processo da gestão camarária do PSD, que persistia desde o tempo do Dr. Gabriel Farinha, e mesmo sendo um deputado eleito pelo PS ajudou a Câmara Municipal a ultrapassar aquele momento difícil.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente lembrando que conheceu o Sr. Simão França da Câmara como um dos seus primeiros adversários políticos. Era na altura o Presidente da Câmara Municipal o Sr. Jeremias de Sousa, com a Vereação do Sr. José Velosa e do Sr. Simão França da Câmara. Sobre este último, destacou o Sr. Presidente a simplicidade com que o Sr. Simão exercia as suas funções em prol da população do Porto Moniz, pois num



Handwritten initials and a signature in blue ink, including the letters 'JCS' and a stylized signature.

momento estava com a sua humildade na reunião de câmara, como no momento depois estava no terreno em defesa dos interesses do concelho do Porto Moniz. -----

Para o Sr. Presidente estas são duas pessoas que infelizmente partiram muito cedo, e, em nome de todos, considerou que estas pessoas foram duas mais valias que devem ser tidas como um exemplo para todos. “Há pessoas que marcam, e estas foram duas pessoas que marcaram a vida autárquica do concelho do Porto Moniz. Foram homenageados de forma simples, mas sentida”, terminou o Sr. Presidente.-----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Ambrósio Jardim que começou por subscrever as palavras do Sr. Presidente em relação aos votos de pesar apresentados, lembrando que também partilhou a Assembleia Municipal com o Dr. Nuno Jardim Fernandes, onde pode comprovar que o mesmo foi realmente uma pessoa que teve por objetivo máximo a defesa do concelho do Porto Moniz.-----

Prosseguiu lembrando a sua intervenção, naquela assembleia, quando o Sr. Presidente foi eleito como presidente do PS-Madeira. O Sr. Deputado lembrou a preocupação então manifestada com a divisão de tempo do Sr. Presidente enquanto presidente de um município e também presidente de um partido a nível regional. O Sr. Deputado mantém a posição e acredita que o Sr. Presidente assume a presidência do município apenas em *part-time*, prejudicando a ação do executivo camarário. Para o Sr. Deputado, a prova desta declaração reside nas sucessivas propostas, apresentadas pelo Vereador do PSD em reunião de câmara, chamando a atenção da Câmara Municipal para as condições de vários caminhos agrícolas no concelho. -----

O Sr. Deputado prosseguiu manifestando a sua preocupação com o troço da Estrada da Rocha de ligação à Ribeira Funda. Disse entender que a resolução do processo da Estrada da Rocha é deveras complexa, mas entende que deve ser encontrada uma solução segura para os residentes da Ribeira Funda. Depois de ter abatida uma parte da Estrada da Rocha que servia de ligação àquele sítio, os residentes e visitantes têm de circular pela saída de emergência do Túnel da Fajã das Contreiras, o que pode originar algum acidente grave, sendo imputadas responsabilidades à Câmara Municipal. -----

Sobre o assunto disse saber que é impossível a reabertura completa da Estrada da Rocha, mas deve ser dada uma atenção especial àquele troço. -----



Na sua opinião esta deve ser uma preocupação política à semelhança do que fez o Presidente do concelho de São Vicente, que se prepara para investir um milhão de euros na recuperação da estrada antiga entre a Ponta Delgada e Boaventura.-----

O Sr. Deputado Ambrósio Jardim acredita que a ausência do Presidente, nas suas funções da Câmara Municipal, são o principal motivo para o processo da recuperação da Estrada da Rocha não ter uma resolução à semelhança do que acontece em São Vicente. -----

Termina a sua intervenção apontando três questões ao Sr. Presidente: -----

- Quando pensa suspender as funções de presidente da autarquia por motivo do ato eleitoral que se avizinha? -----

- Já acordou com a sua equipa quem o substitui nas suas funções no período da sua ausência? -----

- Segundo a comunicação social o Sr. Presidente é o número dois da lista do Partido Socialista às eleições regionais. Qual a tomada de posição do Sr. Presidente aquando do resultado das eleições uma vez que está numa posição elegível para deputado da Assembleia Regional? Assumirá as funções de deputado? -----

Colocadas as três questões o Sr. Deputado disse ser importante que fique registada a resposta às mesmas de forma a que a população entenda o nível de compromisso do Sr. Presidente para com o Porto Moniz. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por não concordar com o facto de ser um presidente em *part-time*. Prosseguiu lembrando que no congresso que o elegeu como Presidente do Partido Socialista da Madeira disse, no seu discurso, que em primeiro lugar estaria sempre o Porto Moniz. -----

O Sr. Presidente disse que o seu nível de compromisso para com o Porto Moniz era total e que, por isso, anunciava em primeira mão, naquela Assembleia Municipal, a sua recandidatura, pelo Partido Socialista, à presidência da Câmara Municipal de Porto Moniz nas próximas eleições autárquicas de 2021. “Vou cumprir o terceiro mandato se a população do Porto Moniz me conceder esse privilégio!”, disse, pedindo desculpa à sua equipa pela notícia surpresa apresentada em primeira mão. -----

Terminou, sobre o assunto da sua ausência, referindo que quem trabalha consigo sabe bem que o Presidente não falha timings nas suas funções e obrigações. “Muitas vezes, e até altas horas da madrugada, estou a cumprir escrupulosamente as minhas funções e por



isso não posso aceitar tais declarações. Podem confirmar esta competência do presidente não apenas os funcionários da câmara e do executivo, mas também com o próprio sistema informático. Os timings são todos cumpridos”, disse. -----

Sobre o acesso à Ribeira Funda, integrado na Estrada da Rocha, o Sr. Presidente lembrou que já toda a gente conhece o dossiê. “Numa guerra entre Alberto João Jardim e Miguel Albuquerque, várias foram as estradas, um pouco por toda a ilha, entregues pelo governo regional às autarquias ‘sem quê nem porquê’, e aproveitando as recentes palavras do Presidente de Santa Cruz, também posso afirmar que o Porto Moniz foi roubado!”, -----

O Sr. Presidente lembrou o tempo em que a estrada era concessionada à Via Expresso, que era paga para assegurar as condições de transitabilidade da mesma, mas mais não fez do que colocar blocos de cimento que impediram a circulação ao ponto de alguns troços ficarem definitivamente intransitáveis. -----

“Quem recebeu esta estrada, por decreto do Governo Regional, foi o então presidente Valter Correia. Quando eu e a minha equipa ganhámos a câmara, fui convocado pelo então Secretário Regional Dr. Sérgio Marques, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, para nos ser entregue um dossiê com fotografias de uma ‘operação de estética’ realizada na Estrada da Rocha, alegando que haviam sido feitas obras de recuperação para que as mesmas transitassem para a tutela destas duas autarquias”, disse o Sr. Presidente que foi ainda mais longe afirmando que a Câmara Municipal a que preside fez já três intervenções bem maiores, naqueles troços, tapando inclusive o buraco que se voltou a abrir no troço de ligação à Ribeira Funda.-----

Foi informada a Assembleia de que foi enviado, por parte da Câmara Municipal, um ofício à Via Expresso e ao Governo Regional, pedindo a criação de melhores condições de acesso à Ribeira Funda. A esses ofícios informou o Sr. Presidente ter recebido uma resposta lacónica lançando o ónus da resolução para a autarquia. -----

É por fatores como este que o Sr. Presidente informou toda a Assembleia de que será redigido um termo de responsabilidade, para assinatura de todos os deputados municipais, para a reabertura ao trânsito da Estrada da Rocha. “Está na hora de se parar de responsabilizar a Câmara por uma coisa que não consegue controlar. Se querem a estrada reaberta, e usam isso contra a autarquia como campanha política, vão agora, também, assumir as suas responsabilidades!”-----



O Sr. Presidente informou que a Câmara vai voltar a tapar o buraco e colocar aquele troço completamente transitável, de forma a que se consiga segurar a estrada sem correr o risco de o mar voltar a destruir o trabalho efetuado, pois entende ser fundamental a recuperação daquele que é o único de acesso à ribeira funda. -----

Depois de efetuadas as obras será apresentada uma proposta de deliberação para reabertura do troço e todos terão a oportunidade de votar. Termina dizendo que quem votar contra não pode vir depois com ‘discursos demagógicos’ sobre a reabertura da Estrada da Rocha. -----

Sobre a solução encontrada pelo Presidente de São Vicente o Sr. Presidente concorda que aquele Município tem uma estrada numa situação muito idêntica à do Porto Moniz, e concorda com as obras que lá serão efetuadas, mas lembra que a solução para a Estrada da Rocha já estava encontrada há muito, por Miguel Albuquerque, quando na campanha à presidência do Governo Regional anunciou uma obra de reabilitação que tornaria a Estrada da Rocha na 1ª Estrada-Eco da Região. Prosseguiu informando que a Câmara Municipal de Porto Moniz não tem qualquer contrato-programa com o Governo Regional, ao contrário do Município de São Vicente, que realizará as referidas obras através de um desses contratos. -----

“Já foram feitos vários pedidos de ajuda, por parte da Câmara Municipal, ao Governo Regional. Existem estudos do Laboratório Regional de Engenharia Civil sobre o caminho existente no Calhau das Achadas. Temos a opinião dos *experts* e se nada for feito o acesso pedonal vai ruir, fruto da erosão e ação do mar na costa do Calhau das Achadas da Cruz. Preocupa-nos também o sítio do Cabo Calhau, pelas mesmas razões. A consolidação do Talude do Piquinho é outra preocupação que já foi manifestada pelo Município às entidades competentes. A Câmara colaborará, dentro das suas possibilidades, com o Governo Regional, para a resolução destas situações, e se for necessário também vamos à banca! A segurança das pessoas merece isso”, disse o Sr. Presidente. -----

O Sr. Presidente anunciou ainda que a Câmara Municipal iniciará, com meios próprios, a recuperação do muro do Miradouro da Santinha, que no entender da autarquia “já passa de vergonha”. Reconhece que aquele espaço é pertença do Governo Regional, mas diz que já aguarda há demasiado tempo por uma solução para aquele espaço. Depois de ter apresentado um projeto, ao Sr. Secretário do Equipamento e Infraestruturas, que tinha por



objetivo a reabilitação de todo o miradouro, construindo um quiosque para venda de souvenirs e duas casas-de-banho, “a resposta do Sr. Secretário foi: ‘não toque naquele espaço que o Governo Regional já tem um projeto para o mesmo’. Pedimos reuniões para conhecer o projeto, mas o nosso pedido nunca foi atendido. Nem o pedido foi atendido nem as obras se iniciaram, e é por isso que vamos avançar nós, pelo menos na reconstrução do muro. Vamos avançar, mas depois não nos venham mandar parar as obras porque o espaço não é nosso, como fizeram na rotunda dos Lamaceiros, quando o nosso jardineiro tentou dar um jeito ao jardim que estava ao abandono e apareceu um fiscal do governo que mandou parar o que estava a fazer porque a rotunda não era pertença da Câmara. O miradouro é deles, a frente mar é deles, a feira do gado é deles, só a Estrada da Rocha é que é da Câmara!”, concluiu o Sr. Presidente.-----

Informou o Sr. Deputado Manuel Açafrão que as obras de reconstrução do miradouro tinham início na terça-feira posterior àquela reunião. -----

Em resposta o Sr. Presidente disse estar satisfeito por saber que o anúncio de que ia arranjar aquele muro, com meios próprios, desencadearia uma ação do Governo, mas disse não conseguir perceber se essa reconstrução visava, também, a edificação do quiosque ou das casas-de-banho. Em resposta o Sr. Deputado Manuel Açafrão que seria apenas reconstruído o muro.-----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Marco Gonçalves que apresentou uma proposta de recomendação, documento que está apenso a esta ata e que dela faz parte integrante, sobre a colocação de duches no extremo norte da Praia do Seixal. -----

Sobre a referida proposta, o Sr. Deputado Marco Gonçalves disse ser uma intervenção simples e barata, mas com grandes repercussões. -----

Sobre a inexistência de lava pés no extremo norte da praia, a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia do Seixal informou da existência de um junto à loja das canoas, no porto.-----

Prosseguiu o Sr. Deputado Marco Gonçalves com dois alertas à Câmara Municipal: O Sr. Deputado disse ter assistido, momentos antes da reunião, à atuação da PSP sobre um estrangeiro, aplicando uma coima ao mesmo, pelo facto de aquele ter seguido em contramão na antiga rotunda das piscinas. O Sr. Deputado alertou para o facto de a estrada que vem do Restaurante Pólo Norte não ter sinalética vertical que proíba o condutor de efetuar tal manobra. A sinalética que existe é apenas no chão, disse. -----



O segundo alerta teve por referência as obras de beneficiação do polidesportivo do Seixal. “A boa intervenção da Câmara naquele espaço não previu a fixação das balizas ao chão, o que pode originar acidentes para os desportistas que usem aquela infraestrutura”.-----

O Sr. Deputado prosseguiu com a colocação de duas perguntas:-----

- Uma vez que o evento está agora mais próximo, e tendo conhecimento que existem algumas rúbricas no orçamento do Município para a realização da edição deste ano da Semana do Mar, está já definido o valor do orçamento total daquela festa?-----

- Depois do alerta proferido, pelo grupo parlamentar do PSD, na última reunião desta assembleia, sobre a intervenção da Câmara na Vereda da Volta e Cruzinhas, houve alguma atitude da autarquia no sentido de comprovar o estado da segurança da mesma? Foi acautelado o acabamento dos arames nos varandins daquela vereda?-----

Prosseguiu lembrando a última reunião de câmara, onde o vereador eleito pelo PSD propôs o asfaltamento de um caminho no Sítio da Santa. O Sr. Deputado referiu que o Sr. Vereador tem apresentado sucessivas propostas, que visam a recuperação de caminhos municipais, mas estas têm sido sucessivamente reprovadas com base na existência de um plano de repavimentação de vários caminhos do concelho. O Sr. Deputado questionou em que é que o referido plano se concretizava em termos de documentos redigidos. Questionou a existência de cadernos de encargos e cartografias do referido plano. Prosseguiu referindo que a relutância da Câmara em relação às propostas apresentadas não pode ter por base a culpabilização de terceiros, nomeadamente o governo regional. Termina a sua intervenção fazendo referência à inexistência de contratos-programa, entre a Câmara Municipal e o Governo Regional. “Estes contratos não acontecem pelo simples facto de existirem, na Câmara Municipal do Porto Moniz, temos taxas de execução que não chegaram aos 18%, em 2015, e nos anos seguintes nunca ultrapassaram os 36%”. O Sr. Deputado disse que “ficava feio” e que “não era politicamente correto” falar daquela forma quando, no seu primeiro ano de mandato, o Sr. Presidente anunciou que reabriria a Estrada da Rocha até a Páscoa seguinte, e agora aponta o dedo ao Governo Regional por não conseguir manter aquele trajeto aberto ao trânsito. -----
Tomou a palavra o Sr. Deputado Olavo Câmara que começou por mostrar vários caminhos já asfaltados por este executivo.-----



Handwritten marks in the top right corner, including a signature and a star-like symbol.

Proseguiu informando que a agenda municipal não se rege por aproximação a períodos de eleições, ao contrário de outros municípios que alcatroam estradas apenas em anos de eleições.-----

Sobre o assunto termina dizendo que deveria existir mais diálogo dentro do PSD uma vez que, vários destes assuntos eram do conhecimento do antigo vereador do PSD na Câmara Municipal e tomou posse, agora, um vereador que manifesta um profundo desconhecimento dos assuntos tratados com o conhecimento do seu antecessor. -----

O Sr. Deputado referiu que, quando ouviu o início da intervenção do Sr. Deputado Marco Gonçalves, sobre a condição de algumas estradas, pensava que o mesmo faria referência à constante caída de pedras à saída do túnel João Delgado, como foi o caso de há dois dias. -----

Sobre aquele troço manifestou a sua surpresa quando, numa conferência de imprensa, por parte do grupo parlamentar do PSD, à boca do túnel, foi anunciando o início das obras, com orçamento regional, para o final do ano 2018, e depois das últimas informações aquela obra iniciar-se-á, apenas, no final do ano 2019. -----

Sobre as obras do Governo Regional no concelho do Porto Moniz, o Sr. Deputado Olavo Câmara apelidou de “barbaridades” as declarações proferidas pelo Sr. Secretário do Equipamento e Infraestruturas aquando do Dia da Freguesia da Ribeira da Janela. “Na sua intervenção, em frente à população da Ribeira da Janela, o Sr. Secretário, em resposta a um pedido de ajuda da Sr.^a Presidente daquela Junta de Freguesia, para a consolidação do talude do Piquinho, disse reconhecer a sua importância, mas que naquele momento existiam outras prioridades”. -----

O Sr. Deputado Olavo Câmara terminou a sua intervenção apelando ao grupo parlamentar do PSD para a cooperação e trabalho conjunto, com a apresentação de propostas estruturantes em prol da população do Porto Moniz, e não perder tempo com situações que já estão em andamento na autarquia. -----

O Sr. Deputado Marco Gonçalves teceu um comentário em relação à agenda política da Câmara Municipal lembrando que algumas obras, que tiveram financiamento europeu aprovado em 2016, só agora foram para o terreno, e por isso disse não aceitar que não se falasse em agenda política. -----



Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que, em resposta ao Sr. Deputado Marco Gonçalves, lembrou que nessas mesmas aprovações estava incluída a obra da construção do Caminho do Covão. Aquele caminho, segundo o Sr. Presidente, além de constituir uma nova entrada no concelho do Porto Moniz, dinamizando a freguesia das Achadas da Cruz, contemplaria a construção de tanques de rega que auxiliariam os bombeiros em caso de incêndios florestais no concelho do Porto Moniz, aumentando, daquela forma, a segurança dos residentes no Município. Terminou questionando o porquê de o PRODERAM ter chumbado aquela obra estruturante para o concelho do Porto Moniz. -----

Em resposta ao Sr. Presidente o Sr. Deputado Marco Gonçalves, disse que o Sr. Presidente da Câmara era “mentiroso” e questionou o mesmo pelo porquê de nunca ter divulgado o teor da carta recebida pelo PRODERAM, com a resolução do projeto do Caminho do Covão. -----

Quando questionado pelo verdadeiro teor da mesma carta, pelo Sr. Presidente, o Sr. Deputado reforçou a ideia de o Sr. Presidente ser “mentiroso” e “demagógico”, e disse que a verdade sobre o conteúdo da referida carta, é que a não aprovação daquele projeto se devia à incompetência do Sr. Presidente e do seu executivo, uma vez que os critérios de aprovação eram muito claros e diretos. -----

A sessão foi suspensa, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, durante dez minutos. Reiniciada a sessão, retomou a sua intervenção o Sr. Deputado Olavo Câmara que lamentando, em nome do Partido Socialista, a falta de respeito o estado alteroso e o tom usados pelo Sr. Deputado Marco Gonçalves para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pediu que o Sr. Deputado Marco Gonçalves clarificasse a sua declaração em que disse que o caminho tinha sido reprovado por incompetência do executivo municipal. Em resposta o Sr. Deputado Marco Gonçalves disse que não tinha dito, nas suas declarações, que o projeto em causa tinha sido reprovado. Prosseguiu dizendo que aquela candidatura foi chumbada, numa primeira instância, por falta de elementos, e depois, numa segunda instância, mereceu um parecer positivo sendo transferida, contudo, para o período de candidaturas posterior por motivo de insuficiência financeira disponível naquele período de candidaturas aprovadas. -----



Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal questionando o Sr. Deputado Marco Gonçalves sobre o facto de se o próprio foi apelidado de “incompetente”, quando a candidatura não havia sido aprovada, onde estava agora a competência do Presidente da Câmara quando o Sr. Deputado diz, afinal, que a candidatura foi aprovada, mas transitou para o período de candidaturas seguinte. -----

Foi distribuída uma cópia da carta, que motivou a discussão, pelos Srs. Deputados, para que todos tivessem conhecimento do seu teor. -----

Prosseguiu a sua intervenção, o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Deputado fica muito alterado cada vez que, naquela assembleia, se vai buscar o nome do PRODERAM e disse ainda que o Sr. Deputado havia ficado intimidado pelo Sr. Presidente ter apresentado a sua intenção de se recandidatar à presidência da Câmara Municipal. -----

Prosseguiu desafiando o Sr. Deputado a concorrer contra si pela presidência da Câmara Municipal. “Concorra contra mim, frente a frente! Não é fácil concorrer contra alguém que luta pela população do Porto Moniz há 25 anos”, disse. -----

O Sr. Presidente disse que em 26 anos de autarquia, na oposição e no poder, com 58 anos de idade, e apesar de ser um adepto da discussão acalorada, apresentava um voto de protesto pelas provocações a si proferidas. Disse não se lembrar de ter visto nenhum Presidente de Câmara ser tão ofendido, em frente à Assembleia Municipal, como o que se havia acabado de ver naquela sessão, e que só o havia permitido porque representa a população do Porto Moniz e gere o cargo e as suas obrigações com elevação. -----

Disse que perante as insinuações de incompetência, e pelo motivo de o Sr. Deputado ter chamado o Sr. Presidente de incompetente pela não aprovação da candidatura do Caminho do Covão, como é que aquele projeto foi então aprovado? Se a Câmara Municipal, quando tomou posse, elaborou 7 candidaturas, todas aprovadas, como o Caminho do Lombo dos Forneiros, que, apesar das dificuldades da empresa adjudicatária, está agora no bom caminho, perspetivando-se que as obras terminem antes do Natal. Está neste momento a executar as obras nos Lamaceiros e na Ribeira da Janela, com alguns atrasos, uma vez que a empresa responsável pelas obras tem revelado também algumas dificuldades de execução, tendo já reunido com a Câmara Municipal informando sobre essa situação. Falta o Chão da Ribeira, pois existe um reparo apontado pelo Parque Natural, e a obra está suspensa para que se discutam as alterações a efetuar no projeto. -

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'U' and a star-like mark.



Questiona onde está a incompetência quando as 7 obras que candidatou foram aprovadas. Ainda sobre a suposta incompetência da Câmara Municipal, o Sr. Presidente disse que a sua equipa teve a inteligência de colocar uma rede de bocas de incendio e ainda um reservatório para armazenamento de águas de rega, de 300m³, prevenindo uma eventual seca nas Achadas da Cruz, para os agricultores poderem regar. As bocas de incêndio serviam para os bombeiros poderem atuar mais prontamente numa situação de calamidade, podendo estes abastecer o mais prontamente possível, salvaguardando o nosso património da floresta Laurissilva.-----

Termina dizendo que se isto é ser incompetente, queria então ser incompetente o resto da vida. -----

O Sr. Presidente passou à leitura do documento, enviado à Câmara Municipal, pelo PRODERAM relativo à transição da candidatura do projeto do Caminho do Covão ao período de candidaturas ao posterior. -----

Disse que a insuficiência financeira que levou à transição do projeto não era da Câmara Municipal, que tinha cabimentado o valor necessário para a execução da obra. Informou ainda que o Governo Regional não entrava com qualquer valor para a execução da obra, e ao PRODERAM competia apenas gerir o financiamento de 85%, proveniente da União Europeia. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Marco Gonçalves fazendo uma distinção entre dois aspetos referidos pelo Sr. Presidente. Começando pela insuficiência orçamental, o Sr. Deputado clarificou que a mesma é referente ao aviso, e não do PRODERAM, a quem são entregues as candidaturas nas janelas temporais, mais conhecidas por “Avisos”.-----

Prosseguiu informando que se houver, dentro do orçamento definido para cada aviso, uma maior procura do que oferta, as candidaturas têm que ser regateadas, sendo que aquelas que são imediatamente aprovadas são aquelas mais bem pontuadas, tendo em conta os critérios de seleção da candidatura, acrescentando que “se a vereação do Sr. Presidente não sabia o que isso queria dizer não serei eu a ensinar como se redige uma candidatura, pois o PRODERAM só analisa as candidaturas”. -----

Termina dizendo que a candidatura do Município não teve pontuação suficiente para aprovação, face às demais, e no âmbito do rateio teve de transitar para o aviso seguinte.



AG
M
*

Reforçou que o projeto não está reprovado, e será aprovado se no âmbito do próximo aviso obtiver pontuação suficiente face às demais. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente que, fazendo referência às palavras do Sr. Deputado Marco Gonçalves, que disse que o projeto não foi reprovado, exigia então um pedido de desculpas público, à frente da Assembleia Municipal, depois de o Sr. Deputado dizer que o executivo era incompetente quando afinal não existia incompetência, uma vez que o projeto não foi chumbado. Perante todo o discurso que insinuava a incompetência do executivo, o Sr. Presidente exigiu um pedido de desculpa pela difamação do Sr. Deputado. O Sr. Deputado Marco Gonçalves, por sua vez, passou a explicar que a referida candidatura mereceu um parecer negativo, chumbando na sua primeira versão, que não atingiu os 50 pontos necessários para a aprovação. Disse ainda que todas as candidaturas que não atingem os 50 pontos, em 100 possíveis, revelam incompetência. -----

Na 2ª candidatura, que teve mais de 50 pontos, a candidatura transitou para o período seguinte de candidaturas. Prosseguiu dizendo que quando usa da palavra “incompetência” se refere ao uso do PRODERAM, como arma de arremesso, para a justificação da sua incompetência, usada nos discursos públicos do Sr. Presidente, tentando converter um aspeto técnico da candidatura num aspeto político. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Olavo Câmara que disse ser importante a definição da verdade: “O que é importante aqui é saber: a candidatura foi aprovada ou não? Está aqui escrito que mereceu parecer favorável. Passou, então respeitou os mínimos possíveis”. - Prosseguiu referindo que é do conhecimento geral o *modus operandi* do funcionamento dos fundos europeus na Região. Disse que “se não existir uma conversa com uma ou outra pessoa, com poder de decisão, as coisas não seguem em frente, é o que se tem visto!”--- Termina dizendo que perante todas as clarificações sobre a referida candidatura, se ia ver a real importância que o Sr. Deputado, enquanto gestor do Programa, iria dar no segundo aviso, sabendo, agora, da importância que aquele projeto orçado em cerca de 1 milhão de euros, tem para a população do concelho do Porto Moniz. -----

O Sr. Presidente voltou a reiterar o pedido de desculpas ao Sr. Deputado Marco Gonçalves, que “depois de apelidar levemente de incompetente o executivo municipal, se levantou na minha direção falando num tom ameaçador”. Usa das testemunhas presentes no local e reforça o pedido de desculpa frente a toda a Assembleia Municipal.



Tomou a palavra o Sr. Deputado Ambrósio Jardim que, em referência à obra na Via Expresso, mencionada pelo Sr. Deputado Olavo Câmara, informou que o Governo informou de facto que ia proceder àquela intervenção. Referindo a informação que dispõe, em relação à intervenção, disse que a mesma aguarda um estudo de impacte ambiental, pela sua proximidade à orla marítima, pois o estudo é vinculativo para a candidatura a fundos europeus a que a obra foi candidatada.-----

2. Correspondência; -----

Foi apresentada correspondência para análise dos presentes; -----

3. Informação do Presidente da Câmara Municipal; -----

Nos termos da alínea c), do nº 2 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, venho por este meio informar, conforme o documento em anexo, sobre a actividade da Câmara Municipal, após a realização da última reunião da Assembleia Municipal.-----
Informação encontra-se anexada à presente ata.-----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Ambrósio Jardim que disse ter recebido a informação, depois de uma Reunião de Câmara, que havia sido aprovado um apoio de €60.000,00 para uma viagem com os idosos a Fátima. Questionou o facto de aquele montante ter sido protocolado com a Agência de Promoção da Cultura Atlântica em vez de uma agência de viagens, referindo que, no meio de uma série de valências, a referida agência tem agora mais uma, como agência de viagens.-----

Prosseguiu referindo que aquele montante era, na sua opinião, um pouco avultado, tendo em conta que a viagem contará com cerca de 100 participantes, e que por isso, o Grupo Parlamentar do PSD requeria, daquela forma, uma cópia das faturas da agência de viagens que faturasse as viagens.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente que começou por elogiar a atitude do Sr. Deputado que colocou as suas dúvidas no lugar certo, sem ter feito, como a exemplo da viagem aos Açores, uma denúncia anónima na Polícia Judiciária, com quem tem colaborado completamente, pois diz não ter nada a temer uma vez que seguiu todas as tramitações legais para que a referida viagem acontecesse.-----

Sobre o referido protocolo, disse que, depois de terminado o processo, toda a documentação será entregue ao Grupo Parlamentar do PSD.-----



707

Lembra, sobre a viagem do ano anterior, que a Câmara Municipal foi essencialmente ao encontro dos idosos, proporcionando experiências únicas a quem tanto teu ao concelho do Porto Moniz. “Para este ano, depois de uma primeira experiência, fizemos as alterações necessárias no procedimento. Soubemos fazê-las e não vamos parar. Esta ano vamos a Fátima.”, disse. -----

O Sr. Deputado Olavo Câmara, por sua vez, manifestou a sua satisfação pelo facto de a Câmara Municipal levar mais de 100 idosos numa viagem que oferece momentos ímpares aos idosos, e elogia a capacidade da Câmara em fazê-lo depois do período das eleições regionais, não deixando que se pense que a viagem acontece para que se ganhem votos.

4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal -----

Nos termos da alínea c), do nº 2 do artigo 25º do Regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, venho por este meio informar, conforme o documento em anexo, sobre o relatório de actividades e da situação financeira da Câmara Municipal, período de 01 de janeiro a 11 de junho de 2019. -----

RECEITA

| | |
|--|----------------|
| O total de receitas neste momento somam: | 2.170.175,93 € |
| As Receitas Corrente somam: | 1.877.972,90 € |
| As Receitas de Capital somam: | 292.203,03 € |

Receita Corrente

Impostos Diretos

| | |
|---|-------------|
| Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) | 6.490,01 € |
| Imposto Único de Circulação (IUC) | 12.725,33 € |
| Imposto sobre Transmissões de Imóveis (IMT) | 6.683,51 € |

Impostos Indiretos

| | |
|--------|-------------|
| Outros | 66.426,04 € |
|--------|-------------|

Taxas Multas e Outras Penalidades:

| | |
|-------------------------|-------------|
| Mercados e Feiras | 1.324,60 € |
| Loteamentos e Obras | 14.319,64 € |
| Ocupação de Via Pública | 1.245,53 € |
| Outras | 40.024,59 € |



Handwritten signature and initials in blue ink.

Rendimento de Propriedade

| | |
|--|----------|
| Bancos e Outras Instituições Financeiras | 532,96 € |
| Rendas | 187,05 € |

Transferência Corrente:

| | |
|--------------------------------------|----------------|
| Privadas | 6.604,13 € |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) | 1.344.682,17 € |
| Fundo Social Municipal (FSM) | 21.205,00 € |
| Participação Fixa no IRS | 0,00 € |
| Outros | 170,69 € |
| Sistema de Segurança Social | 0,00 € |

Vendas de Bens e Serviços Correntes

| | |
|------------------------------------|--------------|
| Água do Concelho | 120.620,82 € |
| Outras | 620,92 € |
| Aluguer de espaços e equipamentos | 0,00 € |
| Saneamento | 22.406,60 € |
| Resíduos Sólidos | 37.557,85 € |
| Cemitérios | 6.533,00 € |
| Parque de estacionamento | 13.163,50 € |
| Parque de Campismo | 3.741,20 € |
| Entrada na Piscinas | 27.623,50 € |
| Teleférico | 32.112,00 € |
| Cacifos da Piscina | 0,00 € |
| Entradas no Centro de Ciência Viva | 754,85 € |
| Entradas no Aquário da Madeira | 80.971,79 € |
| Bar da Piscinas Municipais e laje | 6.556,16 € |
| Quiosques | 1.341,76 € |
| Outros | 994,04 € |

Receita de Capital

Transferência de Capital:

| | |
|---------------------------------------|--------------|
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) | 266.140,00 € |
| Fundos Comunitários (IFAP) | 26.063,03 € |



907

DESPESAS

| | |
|---|----------------|
| O total das despesas neste momento somam: | 1.863.079,89 € |
| As Despesas Correntes somam: | 1.526.827,63 € |
| As Despesas de Capital somam: | 336.252,26 € |

Despesas de Corrente

| | |
|--------------------------|--------------|
| Despesas com Pessoal | 587.611,86 € |
| Aquisição de bens | 135.223,51 € |
| Aquisição de serviços | 418.582,15 € |
| Juros e outros encargos | 5.847,71 € |
| Transferências Correntes | 379.562,40 € |
| Despesas Correntes | 0,00 € |

Despesas de Capital

| | |
|--|--------------|
| Investimento | 282.067,20 € |
| Ativos Financeiro (FAM) | 0,00 € |
| Amortização de Empréstimo de Médio e Longo Prazo | 54.185,06 € |

Dentro da rubrica de transferências correntes foram debitados os seguintes valores:

Clube Naval do Seixal;

| | |
|---------------------------|------------|
| Protocolo até 11 de junho | 6.800,00 € |
| Outros subsídios | 7.800,00 € |

Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz;

| | |
|---------------------------|-------------|
| Protocolo até 11 de junho | 26.500,00 € |
| Outros subsídios | 21.250,00 € |

Bombeiros Voluntários de São Vicentes e Porto Moniz;

| | |
|---------------------------|-------------|
| Protocolo até 11 de junho | 52.660,00 € |
| Outros subsídios | 0,00 € |

Associação de Idosos do Porto Moniz;

| | |
|---------------------------|-----------|
| Protocolo até 11 de junho | 1800,00 € |
| Outros subsídios | 500,00 € |

Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz;

| | |
|---------------------------|------------|
| Protocolo até 11 de junho | 7.200,00 € |
| Outros subsídios | 3.600,00 € |

SANAS;

| | |
|---------------------------|-------------|
| Protocolo até 11 de junho | 15.000,00 € |
| Outros subsídios | 0,00 € |



Juntas de Freguesia;

Protocolo até 11 de junho

Junta de Freguesia das Achadas da Cruz

2.007,24 €

Junta de Freguesia do Porto Moniz

5.354,15 €

Junta de Freguesia da Ribeira da Janela

2.528,32 €

Junta de Freguesia do Seixal

3.877,57 €

APCA - Agência Promoção da Cultura Atlântica;

Protocolo até 11 de junho

75.000,00 €

ABATIMENTOS NOS ACORDOS DE PAGAMENTOS:

Empresa de Eletricidade da Madeira

0,00 €

Valor Ambiente

0,00 €

APOIO AO IDOSO –PROGRAMA VIDA +

Protocolo até 11 de junho

23.170,00 €

**PAGAMENTOS DAS BOLSAS DE ESTUDO AOS ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS:**

Protocolo até 11 de junho

60.650,00 €

Viagens

0,00 €

PAGAMENTO DOS TRANSPORTES ESCOLARES:

Protocolo até 11 de junho

1º Ciclo

47.694,09 €

2º, 3º Ciclo, Secundário e Outros

11.768,20 €

Manuais escolares

0,00 €

Elaborado pelo Chefe de Divisão Financeira.-----

**5. Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de Prestação de Serviços -
Aquisição de Apólices de Seguros -----**

Atendendo a que: -----

1- A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de



março, prevê que a autorização plurianual de despesa está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal . -----

2- A LCPA tem como principal objetivo a implementação de medidas que extingam os pagamentos em atraso das várias entidades públicas, impedindo que aquelas que os têm assumam compromissos que possam pôr em causa o cumprimento daquela meta. -----

3- O Município de Porto Moniz pretende iniciar um procedimento concursal para «**Aquisição de Apólices de Seguros**», com vista a contratualizar o serviço de seguros para a cobertura dos riscos inerentes a acidentes de trabalho dos colaboradores municipais, em apólice única, seguro para frota automóvel do município, seguro de responsabilidade civil geral, seguro de responsabilidade civil de exploração do teleférico das Achadas da Cruz, seguro de multiriscos, seguro de acidentes pessoais autarcas e seguro de acidentes pessoais utentes dos espaços públicos, eventos e atividades físicas, nos termos da legislação em vigor, para um ano, renovável pelo máximo de mais dois anos , com um valor total máximo global de € 133.500,00 (cento e trinta e três mil e quinhentos euros) e com um valor máximo estimado (previsto) para cada ano de € 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, de acordo com as especificações do Caderno de Encargos. -----

4- A alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, define que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

5 - Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço base não poderá exceder o valor máximo estimado (previsto) de € 133.500,00 (cento e trinta e três mil e quinhentos euros) e com um valor máximo estimado (previsto) para cada ano de € 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, a satisfazer pela dotação Orçamental do ano 2019 – 01.02 / 02.02.12 seguros, conforme informação da Contabilidade n.º 373/2019, datada de 19-06-2018, com confirmação da existência de fundos disponíveis. -----



Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal do Porto Moniz, propõe que a Assembleia aprove a assunção do presente compromisso plurianual relativo ao procedimento «Aquisição de Apólices de Seguros», nos termos alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei nº 8/2012 de 22 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março.-----

Contrastando esta prestação de contas com o momento anterior da reunião, em que o Sr. Presidente foi questionado pelo orçamento para a Semana do Mar 2019, lembrou que a realização daquele evento, que dura de segunda a domingo, conseguiu afirmar-se como um cartaz de referência da Região, mesmo depois de o ter recebido da forma que recebeu, quando tomou posse da Câmara Municipal. Para o Sr. Presidente foi a capacidade de gestão do Partido Socialista que reafirmou a Semana do Mar um evento que, atualmente, enche de pessoas o concelho do Porto Moniz, contribuindo para a dinamização do comércio desde as Achadas da Cruz até São Vicente.-----

No caso do ponto a votação, disse que as contas prestadas são ratificadas na Assembleia Municipal, depois de aprovadas em Reunião de Câmara, por serem contratos plurianuais, ao contrário da contratação para Semana do Mar. -----

Termina dizendo que a plataforma de contratação é pública e qualquer deputado pode aceder aos concursos lançados e contratados pelo Município de Porto Moniz. Disse estar a cumprir a lei com a maior transparência.-----

Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

6. Aprovação do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município do Porto Moniz-----

Considerando que o presente Regulamento foi elaborado com o intuito de estabelecer e definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no Município do Porto Moniz, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, que estabelece uma moldura legal de enquadramento institucional e operacional da proteção civil municipal e, complementarmente com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a qual reforçou as competências das autarquias locais no domínio da proteção civil; -----

Considerando que a Comissão Municipal de Proteção Civil é o organismo que assegura a articulação entre entidades e instituições de âmbito municipal, imprescindíveis às

Handwritten notes in blue ink, including a signature and several scribbles.



operações de proteção, socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, garantindo os meios adequados à gestão e operacionalização da ocorrência em cada caso concreto. -----

Considerando que o presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa; dos artigos 35.º e 40.º a 43.º, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho com as alterações vigentes; do artigo 3.º e 9.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro com as alterações vigentes; do artigo 22.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, de 30 de junho; do n.º 1 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º todos do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013; -----

*Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, por proposta de deliberação do executivo camarário, propõe que a Assembleia Municipal **delibere**, nos termos e para os efeitos da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, que a Assembleia Municipal aprecie e vote o aprove o presente regulamento. -----*

Sobre o regulamento a votação, informou o Sr. Presidente que a sua equipa tentou, de acordo com a legislação que saiu recentemente, fazer um regulamento que esteja consonante com o cumprimento da lei. Informou o Sr. Presidente que, infelizmente, depois de tantas discussões mantidas sobre o tema, não existia, na Câmara Municipal, qualquer Regulamento Municipal de Proteção Civil que tivesse transitado de executivos anteriores, à semelhança do que já havia acontecido com o Regulamento da Comissão Municipal de Juventude. -----

Terminou informando que, depois de não encontrar o regulamento anterior para sua reedição, procedeu à elaboração de um regulamento de raiz, que recebeu algumas retificações na Reunião de Câmara em que foi apresentado, tendo sido essas alterações enviadas a todos os Srs. Deputados antes da Reunião de Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Marco Gonçalves que sugeriu pequenas alterações que am nada alteraram o teor do documento. O Sr. Deputado sugeriu que na alínea K) do n.º 2 do artigo 5º, “o representante do SANAS”, fosse alterado para “um representante do

Handwritten notes in blue ink, including a signature and a large 'X' mark.



SANAS”, pois nem sempre o responsável por aquela instituição pode estar disponível para as reuniões.-----

A segunda alteração proposta pelo Sr. Deputado foi na alínea G) do n.º 1 do artigo 15º, em que sugeriu a alteração do acrónimo SIOPS pelo nome efetivo da entidade: “Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro”.-----

As alterações foram consideradas.-----

Submetida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

7. Alteração do período de funcionamento, sinalética e modelo de remuneração dos funcionários do Teleférico das Achadas da Cruz-----

Considerando que o Teleférico das Achadas da Cruz é uma infraestrutura de reconhecido interesse municipal, construído por um executivo do PSD desta autarquia;-

Considerando que é do conhecimento geral que o seu atual modelo de funcionamento não satisfaz, por completo, moradores, funcionários ou visitantes; -----

Considerando que desde a altura da sua construção esta infraestrutura tem vindo a verificar um aumento crescente de utilizadores anuais, que se estima, neste momento, rondar os 900% face ao primeiro ano de funcionamento do seu funcionamento; -----

Considerando que face às atuais circunstâncias urge aplicar alterações estruturais no funcionamento desta infraestrutura, conferindo-lhe maior atenção em aspetos até agora descurados por este executivo, nomeadamente naqueles que visam um maior aproveitamento do potencial daquela infraestrutura; -----

Considerando o excelente trabalho desempenhado, a todos os níveis, pelos funcionários daquela infraestrutura, assim como pela postura profissional e capacidades técnicas demonstradas;-----

*Lino Gonçalves da Conceição, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, por proposta de deliberação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a honra de propor que a Assembleia Municipal **delibere**, nos termos e para os efeitos da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **alteração do período de funcionamento do teleférico das Achadas da Cruz**, no horário de Verão, passando este a abrir ao público às 08h00, com encerramento às 20h00; **a revisão e adaptação da sinalética referente ao teleférico**, existente no concelho, com vista a uma melhor orientação dos interessados e potenciais utilizadores daquela infraestrutura; **a revisão do***



modelo de remuneração dos funcionários, afetos ao Teleférico das Achadas da Cruz, de modo a adequá-lo às alterações propostas. -----

Depois de o Sr. Deputado Ambrósio Jardim resumir a intenção da apresentação daquela proposta, tomou a palavra o Sr. Deputado Olavo Câmara que informou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votava contra aquela proposta pelo facto de a mesma ser uma competência da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. Prosseguiu informando que a Câmara, como já foi dito anteriormente, tem uma agenda própria e sabe fazer a sua gestão. Sobre a medida proposta, o Sr. Deputado informou que essa era uma questão que já estava pensada e que só foi possível devido ao reforço dos quadros da Câmara, que tiveram por objetivo fazer frente a necessidades como esta, permitindo, desta forma, um aumento do período de funcionamento do Teleférico das Achadas da Cruz. --

O Sr. Deputado alertou ainda o Grupo Parlamentar do PSD para parar de tentar governar a Câmara Municipal através da Assembleia Municipal. “Essas competências dizem respeito ao Vereador eleito pelo PSD, a quem não deve bastar vir ao Porto Moniz apenas de 15 em 15 dias apresentar propostas das quais nunca ouviu falar”, disse. -----

O Sr. Deputado Ambrósio Jardim disse não perceber o voto contra quando a decisão da Câmara Municipal foi de encontro à proposta apresentada pelo PSD. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente dizendo que os executivos anteriores geriram o Teleférico das Achadas da Cruz como puderam e souberam, mas que o mesmo estava, no passado, com avarias constantes. Prosseguiu informando que quando ganhou a Câmara Municipal foi efetuado um trabalho com todos os funcionários daquela infraestrutura, ouvindo as suas opiniões, bebendo dos seus conhecimentos, que serviram para reequipar aquela atração do concelho, comprando inclusivamente uma cabine suplente para que a estrutura não tivesse de parar cada vez que era necessário intervir numa cabine. -----

Prosseguiu referindo que a afluência àquele espaço é cada vez maior, fruto da dinâmica de trabalho deste executivo, que colocou um cartaz de 3x8m, no centro da Vila do porto Moniz, informando os turistas que aquela infraestrutura existe, está disponível e faz parte do Porto Moniz. Alargar o horário de funcionamento do Teleférico no período de Verão foi considerado desde que este executivo tomou posse, disse o Sr. Presidente, que referiu que só ainda não tinha sido possível pela falta de recursos humanos da Câmara Municipal.



O Sr. Presidente informou que tem já mais um funcionário em formação naquela estrutura para que esse período alargado de funcionamento possa ter início já no dia 1 de julho, com duração até o mês de outubro.-----

Ainda sobre o teleférico informou que, depois de um investimento substancial naquela infraestrutura, começa agora a centrar atenções no fio de carga, que também já não apresenta as melhores condições. Para o Sr. Presidente, o fio de carga tem que estar 100% operacional, pois será muito importante para as obras a Câmara quer realizar no Calhau das Achadas da Cruz, de forma a poder cumprir a promessa de ter água canalizada naquele espaço. O Sr. Presidente informou que a previsão para a concretização desse objetivo era para estar concluída até ao final do corrente ano, mas a insegurança do fio de carga não tem permitido avançar à velocidade desejada. Para o Sr. Presidente, esta é a melhor homenagem que se pode prestar ao Sr. Juvenal Carvalho, antigo Presidente daquela Junta de Freguesia, que faleceu quando estava ao serviço da população. Depois de ter realizado já as obras de captação da água, ficam apenas em falta as obras que permitam a distribuição da mesma.-----

Terminou o Sr. Presidente referindo que, desde que tomou posse no seu primeiro mandato, como Presidente da Câmara Municipal, já realizou um arranjo urbanístico no espaço circundante ao teleférico. Para breve está o alargamento do espaço de estacionamento, dentro da dimensão possível, tendo em conta a segurança necessária, mas que permita que desçam autocarros até ao teleférico das Achadas da Cruz, podendo realizar com segurança, naquele espaço, as manobras de inversão de marcha. “Tudo o que a Câmara podia fazer para dinamizar já o fez, está a fazer, ou iniciará em breve. Só esperamos, já agora, que o Caminho do Covão seja definitivamente aprovado, de forma a poder rentabilizar ainda mais aquela infraestrutura ímpar na nossa Região”, terminou.

8. Reunião pública -----

Ninguém se apresentou para participar.-----

Findos os trabalhos, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas dezoito horas e dez minutos, dela se tendo lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada por unanimidade dos membros presentes, vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia e por mim, Márcio David Telo Correia, que a redigi.-----



O Presidente:

[Handwritten signature]

1º Secretário:

Jaura Lúcia F. Alves

2º Secretário:

Norberto Rodrigues de Lima

O Redator:

[Handwritten signature]